

## **Pobreza diminui 20% com auxílio emergencial, mostra pesquisa da FGV**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Impacto mais significativo foi sentido no nordeste; com a revisão do benefício, brasileiros devem mergulhar de novo no drama econômico. Fila na Caixa Econômica para receber o auxílio emergencial: 66 milhões de pessoas já receberam o benefício (Leandro Ferreira/Fotoarena) Uma pesquisa exclusiva da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que a pirâmide social brasileira mudou significativamente devido ao auxílio emergencial do governo. O benefício de 600 reais por mês (ou de 1.200 reais, no caso de mães chefes de família) alcançou mais de 66 milhões de brasileiros até o dia 18 de agosto, que receberam, no total, 161 bilhões de reais. Essa injeção de recursos impactou fortemente os estratos econômicos mais pobres, como mostra o estudo da FGV. A quantidade de famílias que sobrevive com meio salário mínimo per capita caiu em relação ao período imediatamente anterior à pandemia. Mais de 13 milhões de pessoas de pessoas ascenderam a classes sociais com renda per capita mais elevada. “Até nós mesmos ficamos surpresos com esse resultado”, diz o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, que coordenou o estudo. “Trata-se de um contingente muito grande de brasileiros que saiu da pobreza temporariamente, por causa do auxílio emergencial”. No nordeste, a variação foi ainda mais acentuada, com quase das famílias que ganham até meio salário mínimo per capita saindo dos níveis mais extremos de pobreza. No norte, o índice chegou a mais de 25% e, no centro-oeste, a 17%. Em Pernambuco, 32,45% das famílias deixaram a pobreza, e no Tocantins, 36% alcançaram essa condição. Nem em momentos de grande crescimento econômico no país e ascensão social, como nos anos imediatamente posteriores ao lançamento do Plano Real, houve tamanh avanço, de acordo com a FGV. O problema é que, em breve, as famílias mais pobres deixarão de receber os 600 reais de benefício e poderão voltar novamente aos piores níveis de pobreza. “Não há dúvida de que algum tipo de auxílio era necessário diante da crise provocada pela pandemia, mas agora criou-se uma armadilha na qual a redução do benefício, que é essencial para o equilíbrio fiscal, pode impactar duramente as famílias”, diz Neri. Empresas de recuperação de crédito e cobranças relataram uma elevação de pelo menos 35% na renegociação de dívidas nos últimos dois meses. A injeção de recursos na economia é apontada pelo setor como um dos principais motivos para o novo ímpeto em resolver o endividamento. Mas o esforço de reequilibrar os gastos e fazer frente a pendências financeiras corre o risco de ser abalado com as mudanças, inevitáveis, no auxílio emergencial. Há também uma preocupação em relação à saúde pública. A pesquisa da FGV mostra que boa parte das famílias das faixas salariais mais baixas teve condições de se manter em casa nos últimos meses. “Provavelmente isso aconteceu porque essas pessoas receberam o auxílio emergencial”, afirma Neri. A camada da população que ganha até meio salário mínimo por mês foi campeã no isolamento social, com 27,8% das famílias estritamente confinadas e 48,3% saindo de casa apenas em função de necessidades básicas. “As estatísticas sugerem que o benefício social do governo impactou inclusive os hábitos dos cidadãos pobres”, diz Neri. “Ainda será preciso estudar o comportamento das pessoas durante a pandemia, por renda e classe social”.

